

A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

THE SCHOOLING OF STUDENTS WITH MULTIPLE DISABILITIES: PERFORMANCE AND TEACHER TRAINING IN AN INCLUSIVE PERSPECTIVE

 <https://orcid.org/0000-0002-2861-9062>, Maíra Gomes de Souza da Rocha ^A

^A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Recebido em: 20 jul. 2022 | **Aceito em:** 21 nov. 2022

Correspondência: Maíra Rocha (maira@ufrj.br)

Resumo

O artigo discute questões relacionadas à escolarização de estudantes com deficiência múltipla e como a atuação docente pode colaborar para a aprendizagem e o desenvolvimento. Para tanto, problematiza a respeito da formação docente para a atuação no cenário educacional na perspectiva da educação inclusiva. Esses aspectos são discutidos a partir de dados de duas pesquisas cujos sujeitos são docentes e seus estudantes com deficiência múltipla. Em ambos os estudos, foram adotados os pressupostos da pesquisa qualitativa, sendo que em um realizou-se pesquisa e outra pesquisa do tipo etnográfica. Como principais resultados, destacamos: a necessidade de que haja maior investimento em iniciativas institucionais para a formação de profissionais da educação de acordo com os desafios presentes no cotidiano escolar; a complexidade das práticas pedagógicas com estudantes com esse tipo de deficiência; dificuldade na efetivação de trabalho colaborativo na prática pedagógica com esse público; necessidade de efetivação da escolarização para além do acesso, colaborando para o desenvolvimento dos sujeitos.

Palavras-chave: Escolarização-desenvolvimento; Formação de professores; Práticas pedagógicas.

Abstract

The article discusses issues related to the schooling of students with multiple disabilities and how the teaching role can contribute to learning and development. To do so, it discusses about teacher training to work in the educational scenario from the perspective of inclusive education. These aspects are discussed based on data from two studies whose subjects are teachers and their students with multiple disabilities. In both studies, the assumptions of qualitative research were adopted, in one of which research was carried out and the other was ethnographic research. As main results, we highlight the need for greater investment in institutional initiatives for the training of education professionals according to the challenges present in the school routine; the complexity of pedagogical practices with students with this type of disability; difficulty in carrying out collaborative work for pedagogical practice with this audience; effectiveness of schooling beyond access, collaborating for the development of subjects.

Keywords: Schooling-development; Teacher training; Pedagogical practices.



A escolarização de estudantes com deficiência múltipla

Muitas contradições e ainda mais dúvidas: O que aprendiam os alunos sentados e/ou deitados atrás de todos os outros? Seria de fato esse paradigma o mais adequado ao que se propunha, ou seja, garantir uma educação de qualidade a todos os alunos, inclusive aos com deficiência? Questionava-me sobre o impacto dessa opção política na constituição desses alunos. Indagava-me sobre o que era possível fazer (SOUZA, 2013, p. 06).

Desde 2012, o grupo de pesquisa “Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional” (ObEE/UFRRJ) tem se dedicado na realização de estudos que acompanham o processo de escolarização de estudantes com deficiência múltipla em municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Neste artigo, destacaremos duas dessas pesquisas¹, apresentando os seus resultados na análise da efetivação dessa escolarização, considerando a atuação e o impacto que a formação docente pode ter para que os processos de ensino e aprendizagem contribuam para o desenvolvimento dos estudantes. Primeiramente, é importante ressaltar que entendemos a deficiência múltipla como a associação entre duas ou mais deficiências primárias (intelectual, física/motora ou sensorial) em que a combinação entre estas pode acarretar impactos significativos na vida de uma pessoa (ROCHA, 2014; ROCHA; PLETSCH, 2015).

Consideramos escolarização como processo de sistematização do ensino desenvolvido nas instituições escolares. Não é sinônimo de educação cujo conceito é muito mais amplo, não podendo se restringir ao ato de escolarizar. No entanto, a escolarização contribui para a ação educacional, concretizando-se no acesso a práticas formais de ensino que viabilizem a aquisição de novos conhecimentos. O ponto de partida para a escolarização é a chegada à escola, mas a efetivação deste processo, assim como o seu maior sentido, está nas oportunidades de desenvolvimento que são proporcionadas aos sujeitos.

A escolarização de alunos com múltiplas deficiências é recente na realidade educacional brasileira (PLETSCH; ARAUJO; SOUZA, 2020; ROCHA; PLETSCH, 2015; ROCHA, 2018). Segundo Kassar (1999) e Nunes (2016), o desenvolvimento da educação especial no país, bem como as concepções e políticas que a nortearam ao longo dos anos, evidenciam a ausência de ações específicas aos sujeitos que apresentassem este tipo de deficiência. Essa ausência abrange inclusive as atuais políticas de educação inclusiva, que apesar de nos últimos anos terem propiciado progressos no acesso à escolarização, não contemplam diretamente este público.

Isso se exemplifica no texto da própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que não menciona de forma explícita a deficiência múltipla (ARAÓZ, 2010).

Essa questão indica a situação de distanciamento das políticas de inclusão escolar da realidade dos alunos com deficiência múltipla (ROCHA, 2014; 2018). A garantia de direitos educacionais deste público fica prejudicada por não haver em documentos oficiais a menção de questões pertinentes às complexidades dos casos e peculiaridades que precisam ser priorizadas no processo de escolarização.

É importante lembrar que a proposta de educação inclusiva se configura ainda hoje como desafiadora na educação brasileira (GLAT; PLETSCHE, 2012; PLETSCHE, 2020), devendo contemplar não somente pessoas com deficiência, mas toda a diversidade que por alguma razão está excluída da escola. Isso se torna mais evidente quando se trata de sujeitos que por comprometimentos graves em decorrência de seus quadros de associação de deficiências nem sempre têm garantidos efetivos acesso e permanência na escola conforme determinam as legislações (PLETSCH; ROCHA; OLIVEIRA, 2020; ROCHA, 2014; 2018).

O direito a uma educação sistemática, hoje garantido a todos (BRASIL, 1988; 1996; 2008; 2009; 2015 e outros), deve ser efetivado não apenas no acesso aos ambientes escolares, mas na qualidade do ensino oferecido, o qual não se restringe à socialização. Processos de ensino e aprendizagem devem ser valorizados. Por isso acreditamos que o modo como pode ser conduzida a escolarização influencia diretamente no desenvolvimento dos sujeitos e, deste modo, concordamos com Souza e Dainez (2016) que: “[...] as condições escolares impactam nas possibilidades de produção das relações de ensino que se tornam condição de desenvolvimento humano” (p 70). Isso é dever do Estado e este precisa ter conhecimento da realidade dos estudantes, para identificar incompatibilidades das políticas e ajustá-las a fim de que sejam mais eficientes.

Além dos suportes necessários para a efetivação da escolarização, consideramos como primordial a atuação dos docentes num contexto de diversidade e inclusão. A esse respeito, discutiremos dados das duas pesquisas em questão que evidenciam a importância da formação para a efetivação de práticas pedagógicas que considerem as especificidades de desenvolvimento e as possibilidades de atuação contribuindo para tanto.

A formação docente para atuação no contexto de educação inclusiva: dados de uma pesquisa colaborativa

[...]este tipo de pesquisa além de conduzir a avanços teóricos, ainda apresenta desdobramentos práticos para os atores envolvidos no estudo. Propicia cumplicidade entre o pesquisador e as demais pessoas, apresentando característica participativa, bem como colaborativa (ROCHA, 2014, p.76).

A primeira pesquisa, desenvolvida entre 2012 e 2014, apresentou bases teóricas para melhor compreender os processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência múltipla a fim de realizar intervenções adequadas às suas particularidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A investigação qualitativa com base nos pressupostos da pesquisação foi realizada em duas salas de recursos multifuncionais (serviço do atendimento educacional especializado – AEE) de uma escola pública do Município de Nova Iguaçu. Por meio desta metodologia, foi buscado em conjunto com as duas professoras dos quatro educandos participantes, alternativas para as dificuldades que foram identificadas, assim como oportunizar intervenções que contribuíssem para a formação e a prática pedagógica com os referidos sujeitos atendidos no AEE. O trabalho de campo se desenvolveu através do acompanhamento semanal das práticas desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais, realizando, concomitantemente, encontros com as docentes para discussão sobre o que era observado.

Na coleta de dados, foram empregados procedimentos como a observação participante com registro em diário de campo, análise de vídeos - pautada na abordagem microgenética (GOÉS, 2000) e utilizando como instrumento a filmagem - e entrevistas semiestruturadas com as professoras envolvidas. Como referencial teórico, optou-se pela perspectiva histórico-cultural, em especial, os pressupostos desenvolvidos por Vigotski.

Pertinente às ações pedagógicas, procurou-se o entendimento de como as áreas de tecnologia assistivaⁱⁱ e, a partir desta, da comunicação alternativa, poderiam ser utilizadas pelas professoras a fim de atender às necessidades educacionais de seus alunos e, conseqüentemente, contribuir para aprendizagem e desenvolvimento e, para aquisição de conceitos científicos.

Os resultados da pesquisa evidenciaram, entre outros aspectos: a complexidade do trabalho pedagógico com estudantes com deficiência múltipla no AEE; as potencialidades de

aprendizagem que estes sujeitos apresentam; as possibilidades da utilização de recursos de tecnologias assistivas e da comunicação alternativa, funcionando como instrumentos de compensaçãoⁱⁱⁱ em benefício dos processos de ensino e aprendizagem; a necessidade de investimentos na formação de professores para a atuação com alunos com este tipo de comprometimento no AEE; urgência de maior aproximação das políticas públicas de inclusão escolar da realidade dos educandos em questão.

Atuação e formação docente no ensino comum com o suporte do AEE

Há necessidade de uma compreensão mais ampla sobre a aprendizagem e o desenvolvimento e como o ensino pode concorrer para a aprendizagem (MORI, 2016, p. 54).

A segunda pesquisa que elegemos para discussão nesse texto, foi realizada entre 2015 e 2018 e como principal aporte teórico para as análises, a perspectiva histórico-cultural contribuiu, pela proficuidade dos conceitos que apresenta sobre as questões relacionadas à aprendizagem e, em especial, quando o desenvolvimento das pessoas ocorre de modo peculiar como no caso das que apresentam deficiência múltipla. Novamente o conceito de compensação (VIGOTSKI, 1997) subsidiou a investigação de como a escolarização pode, de fato, contribuir para aprendizagem dos alunos que apresentam severos comprometimentos no contexto da escola.

Tendo em vista especificamente a condição que pode ser apresentada por alunos com deficiência múltipla, o referencial histórico-cultural colaborou na discussão das seguintes questões: Como tem se desenvolvido a escolarização de alunos com deficiência múltipla? Quais as implicações da escolarização para o desenvolvimento desses alunos? As peculiaridades de desenvolvimento são contempladas mesmo quando os sujeitos são muito comprometidos? É possível uma escolarização que valorize as particularidades destes sujeitos?

Dentre os objetivos levantados para a realização do estudo, um deles foi o de observar como as práticas pedagógicas contribuem com o desenvolvimento dos sujeitos com deficiência múltipla no contexto de escolarização. Ressaltamos que a nossa intenção não é a de trazer toda a responsabilidade com relação ao sucesso da escolarização do público em questão para o professor, ao contrário, nossa defesa é que o estudante com deficiência múltipla tenha toda uma rede de suportes na escola e fora da escola para que tenha esse processo beneficiado e isso independe do professor. A análise em relação à atuação pedagógica mostrou que além disso, é

necessário que também se invista na formação e em possibilidades porque as ações do docente são fundamentais.

A pesquisa foi conduzida, adotando os pressupostos da pesquisa qualitativa com enfoque histórico-cultural. Estes colaboraram para abarcar a complexidade do público, bem como das análises realizadas (ANDRÉ, 2005; MOLON, 2008). A investigação desenvolveu-se utilizando como metodologia um estudo de inspiração etnográfica em educação (GLAT; PLETSCH, 2012).

A pesquisa de campo aconteceu em duas escolas do Município de Duque de Caxias/RJ, acompanhando três alunos com múltiplas deficiências (dois matriculados em classe especial e um em ensino comum com o suporte da sala de recursos - SR). É importante ressaltar que a intenção inicial era de acompanhar apenas uma escola, mas como não foi encontrado aluno com este tipo de deficiência no ensino comum, foi necessário buscar uma segunda unidade - questão que detalharemos em nossas análises. Nesse artigo, nos ateremos às análises do contexto do ensino comum.

Como sujeitos participantes tivemos, além de estudante com deficiência múltipla em turma de ensino comum, no primeiro ano de escolaridade, as docentes atuantes nesse contexto de escolarização: a professora regente; a professora agente de apoio à inclusão (cargo muitas vezes nomeado como o de profissional mediador) e a professora da sala de recursos/AEE.

Nesta pesquisa de campo, foram empregados como procedimentos: observação participante (com registros em diário de campo e realização de filmagem dos alunos nas escolas) e entrevistas semiestruturadas com as docentes dos alunos e equipes gestoras das unidades.

O estudo mostrou que o acesso à escolarização é garantido por meio da matrícula, porém não se efetiva completamente. Afirmamos isso com base nas dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar que ainda persistem e os problemas de frequência e de garantia das aulas. Além disso, práticas pedagógicas pouco sistematizadas, não investimento em estratégias diferenciadas de ensino, falta de articulação e do trabalho colaborativo entre as docentes, por exemplo.

Discutindo dados das pesquisas

[...] assumindo que o desenvolvimento humano tem uma base orgânica que é impregnada da dimensão histórico-cultural e que a deficiência coloca em perspectiva a formação social e semiótica das funções psicológicas, problematizamos as condições, os modos de participação e as possibilidades de inserção de um aluno com deficiência múltipla no cotidiano escolar
(SOUZA; DAINEZ, 2016, p. 61).

Primeiramente, é importante ressaltar que as duas investigações evidenciaram escassez de pesquisas sobre a deficiência múltipla, em particular no campo educacional. Em relação à escolarização de alunos que a apresentem, a situação piora, havendo bem poucos estudos empíricos. Isso se reflete na qualidade questionável das práticas pedagógicas com essa população, pelo menos em nosso país.

Sobre a formação e a atuação de professores com estudantes com deficiência severa num contexto de educação inclusiva, considerando que ambas estão/são intrinsecamente relacionadas, discutiremos a questão à luz do que foi observado em campo e nos relatos das professoras participantes dos estudos em questão.

Como vivemos em tempos de políticas de inclusão escolar é importante entender a formação de professores nesse contexto. Glat e Nogueira (2002) nos auxiliam, fazendo importante análise a respeito, criticando o fato de persistirem práticas pautadas numa visão dicotômica das possibilidades de aprendizagem dos diferentes alunos. Autores em pesquisas mais recentes também chamam atenção para essa questão, ressaltando que o processo formativo seja inicial ou continuado, requer investimentos maiores na educação e nos profissionais que nela atuam, defendem que tal investimento contribuirá para minimizar práticas pedagógicas excludentes (JUNIOR; MASSARO, 2021; SANTOS; LIMA, 2020).

Glat e Pletsch (2012) mostram a preocupação das universidades e sistemas públicos de Educação em relação à formação docente. Ainda assim, é observado pelas pesquisadoras que tais ações, assim como indicado em nossas pesquisas, são necessárias mais ações para que haja de fato transformações nas práticas escolares.

Iniciativas de extensão como a realização do Programa Piloto de Formação Continuada para profissionais de educação de uma rede Municipal de Ensino da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, contribuiu para a formação de cerca de cinquenta profissionais da educação: docentes de turmas comuns de Educação Infantil, professores de salas de recursos, orientadores

educacionais e pedagógicos, gestores escolares e agentes de apoio à inclusão. O curso cujo cronograma de aulas tinha início em fevereiro de 2020, com conclusão em dezembro, teve seu planejamento alterado para o formato online devido à decretação da Organização Mundial da Saúde, em março, de pandemia ocasionada pelo “coronavírus” (SARS-CoV-2). Na continuidade em formato online, foram propostas atividades síncronas utilizando plataforma Zoom e assíncronas via plataforma do Facebook, com um total de 120 horas de atividades. Os participantes foram certificados pela Pró-reitora de Extensão da UFRRJ.

Por meio da parceria de universidades com redes públicas de ensino, iniciativas como essa para a formação continuada podem ser muito profícuas. Nesse sentido, destacamos o papel do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense que tem contribuído para o acompanhamento das demandas das redes de ensino em relação à formação de seus profissionais da educação (PLETSCH, SOUZA, 2018). Inclusive a atuação desse Fórum contribuiu para a elaboração de curso de pós-graduação lato sensu que se efetivou por meio de uma parceria público-público (UFRRJ/Fundação CECIERJ). O curso de Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica iniciou suas atividades em maio de 2022, abrangendo a aproximadamente 1500 cursistas no estado do Rio de Janeiro e professores de outros estados brasileiros, uma vez que houve grande procura e que a maior parte do curso será conduzida de forma online. De igual modo, podemos destacar a contribuição desse Fórum para que em breve, tenhamos mais um curso de Licenciatura em Educação Especial no país – o terceiro no Brasil e primeiro no Rio de Janeiro^{iv}. Ressaltamos a importância da aprovação desse curso pelo Ministério da Educação, uma vez que contribuirá para a formação inicial de diversos professores para atuação no contexto da educação inclusiva.

Seja na formação inicial ou na que é realizada em serviço, é imprescindível que haja contribuição para o cotidiano escolar e os desafios que nele emergem. Para Fontes (2007) “[...] os programas de formação continuada, mesmo quando teoricamente consistentes, estão muito distantes da realidade escolar e não apresentam respostas à suas inquietações cotidianas” (*apud* GLAT; PLETSCH, 2012, p. 110). Essa colocação em muito se assemelha com a fala de uma das professoras participantes das nossas pesquisas:

Confesso que fico muito desanimada com certas capacitações. Na maioria das vezes o que é proposto não tem nada haver com a nossa prática. Parece que quem planeja os cursos e palestras não conhece a nossa realidade... a gente vai lá para ouvir coisas que em muito pouco se consegue aproveitar na prática com os nossos alunos. Nesses momentos penso que era melhor ter ficado na escola atendendo as minhas crianças (Gravação realizada durante entrevista em 13/11/13).

Na mesma direção Pletsch (2015) conclui que um dos motivos é que a formação inicial e continuada permanece enfatizando a discussão das dificuldades específicas das deficiências dos alunos. Por isso, os docentes se tornam especialistas apenas em dificuldades e não recebem capacitação para lidar com as demandas de atuação em meio à realidade educacional do país:

Na verdade, eu gostaria de receber orientações que me ajudassem na minha realidade. O que se apresenta nas capacitações parece não ter haver com os problemas que vivencio no dia a dia na escola. Pode parecer que quero receita de bolo, mas não é isso não! Só gostaria de não ficar perdendo tempo com teorias que não tem me ajudado na minha prática (Gravação realizada durante entrevista em 13/11/13).

O depoimento acima reforça a análise de que a formação inicial e continuada não tem sido eficaz para que se propicie o desenvolvimento de novas práticas no contexto educacional. Ainda pesam as concepções de que o processo de escolarização ainda se restrinja à socialização, sendo poucas as expectativas de que venha a favorecer o desenvolvimento de estudantes com comprometimentos severos. Entende-se que na escola devam ser desenvolvidos conceitos científicos, porém são poucas as ações que remetam a isso uma vez que não há a compreensão de como esse processo possa acontecer para todos. A vinheta a seguir ilustra:

Quadro 1 – Registro de episódio em que estudante realiza atividade diferente

Data: 12/05/2017 - Horário: 8:27 h - Local: Sala de aula do ensino comum Duração do vídeo: 36s (Recorte de vídeo com total de 2min 47s)
Descrição
Rodrigo está sentado na cadeira de rodas posicionado junto a uma mesa. A AAI Aline está dando atenção a ele e ao outro aluno incluído. A AAI Aline entrega folha e encaixa giz de cera grosso na cor azul na mão de Rodrigo para que ele possa riscá-la. Ela guia a sua mão para a produção de registro do nome próprio do aluno. Estão na segunda letra. A professora Vanessa está falando com os demais alunos, realizando outro tipo de atividade.

Fonte: ROCHA, 2018, p. 170.

Qual a contribuição que essa atividade trouxe para o aprendizado desse estudante? Por que a turma estava realizando uma atividade e somente ele estava fazendo uma atividade diferente? É importante registrar que as implicações dessa escolarização para o desenvolvimento acabam sendo prejudicadas em decorrência de fatores relacionados à baixa expectativa que muitas das vezes há em relação às potencialidades dos sujeitos com deficiência múltipla e que ainda que impedem a instituição plena da escolarização.

Havendo a intenção de fato propiciar aprendizagens, o desenvolvimento de conceitos formais será consequência deste processo (VIGOTSKI, 1997). Porém, se a proposta de trabalhar conceitos científicos for apenas para que se conste, os esforços serão vazios e sem benefícios para o desenvolvimento do sujeito no contexto escolar. Em nossa opinião, isso não

se aplica a apenas para estudantes com múltiplas deficiências, e sim para qualquer indivíduo, mas ainda é recorrente que se proponham atividades que subestimam as potencialidades de criação e aprendizagem dos alunos com deficiência, como os em questão. Considerando então o questionamento que levantamos, ainda são poucas as implicações da escolarização para o desenvolvimento desses alunos e isso não se deve à condição dos quadros de deficiência múltipla, mas aos desdobramentos que ocorrem pela valorização das limitações em detrimento de potencialidades e possibilidades de desenvolvimento destes estudantes.

A esse respeito, é importante esclarecer que não defendemos que o adequado seja ignorar as limitações ou especificidades, ao contrário. O que não podemos é nos restringir a isso. Em campo, observamos muitas das questões e desafios vivenciados pelos professores, evidenciando a dificuldade de lidar com as especificidades dos alunos (autonomia; comportamento; especificidades de desenvolvimento...). Estas dificuldades no trabalho pedagógico precisam ser atendidas e por isso devem ser consideradas.

Por outro lado, também verificamos alguns suportes que até estavam presentes, mas que acabavam não sendo bem utilizados para que se contemplasse de fato as peculiaridades de desenvolvimento. Exemplificamos ações equivocadas do atendimento educacional especializado (AEE) bem como a necessidade de refinar as ações do agente de apoio à inclusão (AAI) para que no contexto de escolarização no ensino comum estes suportes possam ser mais efetivos. O primeiro quadro mostra como que o trabalho no AEE acaba não sendo bem aproveitado e o quadro imediatamente após tem o registro de um momento em que a AAI realiza uma “atividade” com o estudante totalmente fora do contexto, ao invés de fazer a mediação com o aluno da proposta que estava sendo realizada com a turma como um todo:

Quadro 2 – Atividade com chocalho no AEE

Data: 06/10/2017 - Horário: 8:57h - Local: Sala de recursos Duração do vídeo: 22s (Recorte de vídeo com total de 5min 58s)
Descrição
Rodrigo está na sala de recursos e a professora encaixa em sua mão direita, um chocalho: “Vamos tocar na sua banda? [sacode o chocalho e Rodrigo a observa] oh... [sacode perto do ouvido de Rodrigo, abaixa a mão de ele e se afasta. Há uma pausa no vídeo. É retomado com Rodrigo olhando para a câmera e a professora fazendo-o balançar o chocalho].

Fonte: ROCHA, 2018, p. 178.

Quadro 3 – Recursos materiais e humanos utilizados inadequadamente

Data: 05/10/2017 - Horário: 8:35h - Local: Sala de aula do ensino comum Duração do vídeo: 18s
Descrição
De volta para a sala de aula, a turma está sentada com as cadeiras dispostas em círculo. Rodrigo está nesta posição circular, mas sua cadeira está de frente para uma mesa maior, adaptada. A professora está falando com os demais alunos, orientando a escrita do cabeçário no caderno para iniciar uma atividade. [...] Rodrigo

está tentando observar, esticando a cabeça. Enquanto isso, a AAI Sandra está segurando a sua mão, fazendo-a massagear uma massinha de modelar.

Fonte: ROCHA, 2018, p. 171.

Não adianta garantir suportes ou recursos materiais como uma cadeira de rodas com uma mesa acessível e recursos humanos como as professoras AAI e do AEE, se as práticas ainda se equivocam.

Sobre a questão “É possível uma escolarização que valorize as particularidades dos sujeitos?”, além de considerarmos que esteja atrelada à garantia de suportes como os que mencionamos, também verificamos a importância das práticas pedagógicas neste contexto. Práticas atentas à condição dos alunos com estratégias que contemplem seus potenciais com certeza mostrarão que, a despeito de todas as dificuldades que façam parte desse contexto, é possível propiciar uma escolarização que viabilize processos de compensação e corresponda às individualidades sem desmerecer o que é coletivo.

Também se constatou que falta um trabalho estruturado e planejado com sistematizações e mediações voltadas para a apropriação de aprendizagens escolares sem desconsiderar, especificidades de desenvolvimento dos alunos, sobretudo na comunicação e interação que poderiam ser beneficiados com comunicação alternativa, por exemplo.

Novamente ressaltamos que não é nossa intenção tornar os professores responsáveis por isso. De fato, há muitos outros aspectos que também precisam ser levados em consideração: questões sociais e políticas, oferta e articulação de serviços, família, condições da escola... (PLETSCH, SÁ, ROCHA, 2020). No entanto, concordamos com Glat e Pletsch (2012) que a transformação das práticas pedagógicas já é um elemento de grande valor para que esse processo de escolarização, atento às particularidades, se constitua.

Assim, entendemos que a sala de aula, nas riquezas das relações que ali se estabelecem e que podem ser incentivadas e valorizadas na prática pedagógica, contribui para o desenvolvimento dos sujeitos, até mesmo quando as suas particularidades são mais extremas. Por certo que isso não pode ser utilizado como desculpa para que as condições que ainda não sejam favoráveis se perpetuem, mas o que é importante ressaltar é que mesmo que estas condições sejam as ideais (garantias de suportes, recursos, ambiente adequado, por exemplo), sem práticas pedagógicas comprometidas com as especificidades, não beneficiarão a aprendizagem e o desenvolvimento dessa população.

Em nossa concepção, ensino e aprendizagem para estudantes com múltiplas deficiências só serão beneficiados quando os propósitos e os sentidos da escolarização desses alunos

corresponderem ao entendimento de que as leis gerais do desenvolvimento são as mesmas para todas as crianças (VIGOTSKI, 1997). Lembramos que escolarização implica em discutir currículo, que por sua vez, reflete no sujeito que se pretende formar. Por isso ações visando o desenvolvimento para garantir/melhorar os meios para que seja beneficiado, devem fazer parte da organização e cultura escolar. Nesse sentido, enfatizamos a importância da formação dos profissionais da educação – não apenas professores – em especial a formação em serviço.

Considerações finais

[...] pelo revelar de trajetórias tão sofridas, mas tão esperançosas em mudanças; pelo sensibilizar pessoas quanto à desnecessária rotulação negativa e descrença nas potencialidades; pela necessidade de reflexão crítica e inovadora frente a posturas e atitudes ultrapassadas e ineficientes perante as pessoas com deficiências; e, finalmente, pelo pensar em ações exequíveis, em quaisquer condições (DENARI, 2015, p. 08).

As investigações, ao observar como as práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos com deficiência múltipla no contexto de escolarização seja específico no AEE ou no trabalho colaborativo com o ensino comum, também mostraram que estas se pautam basicamente nas limitações dos alunos e em concepções que não corroboram para os processos de ensino e aprendizagem.

É necessário que sejam ampliados os estudos sobre a deficiência múltipla no campo educacional, em especial sobre a escolarização dos sujeitos que a apresentam para que todos os componentes de uma comunidade escolar possam compreender essas questões. Como ficou claro na análise da produção científica nos dois estudos, em relação à área da deficiência múltipla na educação do cenário nacional e internacional, há enorme escassez de pesquisas.

Em relação ao conceito de compensação e a concretização de seus preceitos por meio da instrumentalização de apoios e suportes para o desenvolvimento de pessoas com múltiplas deficiências, a investigação nos indicou que é necessário não apenas garantir tais suportes, mas propiciar que eles cumpram de fato este papel: transportes que realmente oportunizem o acesso ao ambiente escolar; AEE como instrumento para a compensação dos déficits nos processos de ensino e aprendizagem e; AAI atuando como recurso humano externo de compensação em benefício do desenvolvimento na escola, ao invés de somente cuidar, amparar.

A respeito desses suportes, destacamos que além da garantia de recursos e materiais específicos como de tecnologias assistivas tanto para a prática pedagógica quanto para segurança, conforto e acessibilidade nos ambientes escolares, é fundamental que haja a articulação entre diferentes setores para que seja disponibilizada uma rede de apoios às pessoas com múltiplas deficiências. Isso favorecerá a escolarização que por sua vez viabiliza processos de compensação. Neste intuito, políticas públicas precisam ser implementadas levando em consideração a realidade e as necessidades das pessoas com múltiplas deficiências. Isso colaborará para o desenvolvimento não apenas no contexto de escolarização, mas para a plenitude dos sujeitos e maior qualidade de vida e participação não importa o contexto.

Referências

- ANDRÉ, Marli de Souza. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Série Pesquisa; vol. 13, Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- ARAÓZ, Suzana. Maria. Mana. de. Inclusão de alunos com deficiência múltipla: análise de um programa de apoio. 2010. 185 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – UFSCAR, SP, 2010.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Brasília, 1996.
- _____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- _____. Resolução n. 4, de 02/10/09. Institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Ed. Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 25 ago. 2009.
- _____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.
- DENARI, Fátima Elizabeth. Deficiência múltipla: as técnicas Mapa e Caminho no apoio à inclusão (Prefácio). In: ARAÓZ, S. M. M.; COSTA, M. da P. R. da. Deficiência múltipla: as técnicas Mapa e Caminho no apoio à inclusão. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração, Brasília (MEC/SEESP), ano 14, v. 24, 2002. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647/1055> Acesso em: 15 ago. 2022.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Série Pesquisa em Educação. Editora EduERJ, RJ, 2012.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência múltipla e educação no Brasil- discurso e silêncio na história dos sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.
- JÚNIOR, Pedro Carlos das Neves; MASSARO, Munique. A formação para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva em cursos de pedagogia. In: Anais do IX

Congresso Brasileiro de Educação Especial. 1 a 13 de novembro de 2021. Disponível em: <https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/5198> Acesso em: 15 ago. 2022.

MOLON, Suzana. Inês. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. In: Informática na educação: teoria & prática ISSN digital 1982 1654/ISSN impresso 1516-084X Porto Alegre, v.11, n.1, jan./jun. 2008. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/1128> Acesso em: jan de 2022.

MORI, Neli Nonato Ribeiro. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. Acta Scientiarum. Education [online]. 2016, vol.38, n.1, pp. 51-59. ISSN 2178-5201, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v38i1.26236>. Acesso em: jan de 2022

NUNES, Isabel Matos. Política de educação especial para alunos com diagnóstico de deficiência múltipla: contornos e tensões. 240f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PLETSCH, Marcia Denise. Deficiência múltipla: formação de professores e processos de ensino aprendizagem. In: *Revista Cadernos de Pesquisa*. v.45 nº. 155. SP, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/yROGbhH4LDXnm8SQcZZVpdp/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Historicamente%2C%20os%20alunos%20com%20defici%C3%Aancia,acesso%20a%20qual%20quer%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional>. Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3110, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357/7600> Acesso em: 15 ago. 2022.

PLETSCH; Marcia Denise; SOUZA, Flavia Faissal de. Fórum Permanente de Educação Especial da Baixada Fluminense: pesquisa e extensão na formação de professores. Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.46-55, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4078> Acesso em: 15 ago. 2022.

PLETSCH; Marcia Denise; ARAUJO, Patrícia Cardoso Macedo do Amaral; SOUZA, Maíra Gomes de. A importância de ações intersetoriais como estratégia para a promoção da escolarização de crianças com a síndrome congênita do Zika Vírus (SCZV). Educação em foco, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 193-210, set. / dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32924/22084> Acesso em: 15 ago. 2022.

PLETSCH; Marcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de. Propostas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e múltipla: análises de cenas do cotidiano escolar. Revista de Educação, Ciência e Cultura (ISSN22236-6377). Canoas, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/6271/pdf> Acesso em: 15 ago. 2022.

PLETSCH; Marcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Tecnologias assistivas para a comunicação e a participação de crianças com a síndrome congênita do Zika Vírus. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 4, p. 2971-2989, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16062/11990> Acesso em: 15 ago. 2022.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural. 2014. 233 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2014.

_____. Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências. 2018. 308 p. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2018.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCHE, Marcia Denise. Deficiência múltipla: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. In: Revista Cadernos de Pesquisa. v. 22, n. 1, São Luís, MA, jan./abr. 2015. Disponível em:
<http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3077/1447>
Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. Horizontes, v. 36, n. 3, p. 99-110, set./dez. 2018. Disponível em:
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/700> Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; LIMA, Paulo Gomes. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. Revista Docent Discunt, Engenheiro Coelho, SP, volume 01, número 1, p. 63-70, 2º semestre de 2020. Disponível em:
<https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315/1192> Acesso em: 15 ago. 2022.

SOUZA, Flavia Faissal de. Políticas de Educação Inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. (Tese de Doutorado em Educação). 297 p. UNICAMP, Campinas, 2013.

SOUZA, Flavia Faissal de; DAINÉZ, Debora. Condições e modos de participação de um aluno com deficiência múltipla no cotidiano escolar do ensino fundamental. In: Cadernos de Pesquisa. v. 23, n. 2, mai./ago. São Luís, MA, 2016. Disponível em:
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4>
Acessado em: abril de 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Fundamentos da defectologia (Obras escogidas) volume V. Visor. Madrid, 1997.

ⁱ No contexto dessas pesquisas, foi construída dissertação (ROCHA, 2014) e tese (ROCHA, 2018) ambas sob orientação da Prof^a Dr^a Márcia Denise Pletsch. Os dois estudos tiveram financiamento FAPERJ e CAPES.

ⁱⁱ “[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015, p. 2).

ⁱⁱⁱ Segundo Vigotski (1997), o conflito que geralmente acontece por causa da deficiência, trazendo dificuldades para a vida do sujeito também pode criar possibilidades e estímulos de compensação. Considerando esse pressuposto, recursos de TA e CA podem ser utilizados como instrumentos de compensação para a superação de limitações ocasionadas pelas deficiências.

^{iv} Maiores informações no Projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Especial da UFRRJ, elaborado pela Prof^a Dr^a Márcia Denise Pletsch.